



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

**Audição da Ministra da Cultura na sequência do requerimento
apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre a cedência
de obras de arte da Coleção Rainer Daehnhardt à empresa Vila
Galé, SA.**

Assembleia da República, 10 março 2020

Senhoras e senhores Deputados

O Governo tem um, e apenas um, objetivo: devolver à fruição pública em Alter do Chão peças de uma coleção que sempre esteve em Alter do Chão, até à sua incorporação nas reservas do Museu dos Coches em Lisboa.

E devolver à fruição pública em Alter do Chão não significa desincorporar esta peças da coleção do Museu dos Coches, pelo contrário. Significa descentralizar parte da coleção deste Museu. Uma parte que esteve 16 anos, entre 2002 e 2018, em exposição em Alter do Chão.

Algo que a própria DGPC e diretora do Museu dos Coches já iniciaram com a assinatura em dezembro de 2019 de um protocolo de cedência com a Companhia das Lezírias para o projeto Casas Altas.

O debate faz-se de factos. Por isso vamos aos factos

1. É verdade que foi feita cedência de obras de arte de uma coleção incorporada no Museu dos Coches ao Hotel Vila Galé?

Não é verdade. Não foi assinado qualquer “contrato” ou “protocolo de cedência” ao Hotel Vila Galé.

A única cedência efetiva de obras de arte dessa coleção foi a cedência à companhia das Lezírias, através de protocolo assinado em dezembro de 2019 pela então diretora geral da DGPC e diretora do Museu dos Coches.

O que é verdade é que o Governo determinou a realização de diligências para uma possível cedência de parte da coleção, face ao pedido nesse sentido do Grupo Vila Galé.

Até à data foi feito o que tem de ser feito. Perante um pedido de cedência de obras de arte para exposição, a DGPC analisou o pedido e, após o despacho interno da Sra. Secretária de Estado, cumpriu o que lhe compete: fez visitas técnicas ao local e elaborou uma informação com o elenco de condições que teriam de ser cumpridas para a efetivação da cedência solicitada.

E, finalmente, no dia 3 de março a DGPC notificou o requerente das condições exigidas para a cedência solicitada.

2. Ceder obras de arte a outras entidades, públicas ou privadas, viola a lei quadro dos museus portugueses?

Não é verdade.

Se fosse verdade, então a Diretora Geral da DGPC e a Diretora do Museu Nacional dos Coches teriam violado a lei quando autorizaram a cedência de obras de arte desta mesma coleção à Companhia das Lezírias para, e cito, “criar um centro interpretativo com percurso expositivo nas Casas Altas, permitindo dar aos turistas uma perspetiva da Coudelaria de Alter, utilizando para o efeito peças que estiveram no Museu da Coudelaria e que integraram o acervo do Museu Nacional dos Coches”.

3. É verdade que o Estado que esteve disponível para ceder peças de uma coleção do Museu dos Coches sem garantir a existência de condições adequadas, no plano de segurança e salvaguarda das obras de arte?

Não é verdade.

O Estado recebeu um pedido de cedência e o Estado avaliou as condições necessárias para efetivar, ou não, a cedência. Não são condições mercantis, mas condições para

salvaguarda da exposição, de aproximação das pessoas à cultura. Condições que constam de um normativo interno de 2017, não foram inventadas agora.

De facto, o Grupo Vila Galé remeteu à DGPC uma proposta de protocolo de cedência, no qual estava incluída a possibilidade de colocar algumas peças da coleção em zonas comuns do Hotel.

A DGPC enviou essa proposta para a Diretora do Museu dos Coches, que em 29 de novembro de 2019, respondeu por email à DGPC com a identificação de 19 peças do acervo do Museu dos Coches possíveis de emprestar para decoração de espaços comuns do Hotel. Cito a Diretora do Museu dos Coches em 29 de novembro:

“esta é a listagem de 19 peças do nosso acervo possíveis de emprestar para a decoração de espaços comuns do Hotel Vila Galé em Alter do Chão. Para além de um protocolo, deve ser atribuído um valor de seguro ao conjunto e deverão obedecer a critérios de exposição que não permitam às pessoas tocarem nas mesmas”.

Não obstante, o Estado nunca comunicou que aceitaria ceder nos termos requeridos.

De facto, no dia 3 de março, o novo DG da DGPC enviou uma comunicação ao Grupo Vila Galé com o elenco de condições necessárias a uma possível cedência, salientando que as condições exigidas têm por base a lei quadro dos museus portugueses e o normativo vigente na DGPC.

São identificadas 10 condições ambientais e de segurança, bem como especificações dos suportes expositivos, que deverão estar devidamente garantidas.

A primeira dessas condições é, e cito, “existência de espaço/sala especificamente destinado à exposição temporária e que disponha de sistema de climatização e controle da humidade, sistema de iluminação que permita ajuste de níveis de intensidade, câmaras de videovigilância e vigilância presencial, detetores de intrusão, acesso público gratuito, janelas com películas de filtragem dos raios ultravioleta e persianas de forma a impedir a entrada de luz solar direta incidente nos objetos”.

E ressalta, nesta comunicação do novo DG da DGPC, que será necessário proceder a nova visita técnica do local da exposição temporária por parte dos técnicos da DGPC para verificação rigorosa das medidas previsionais indicadas, a realizar em momento anterior à celebração do protocolo para efetivação do empréstimo temporário.

Aqui chegados, a situação atual é a seguinte.

Não obstante a polémica, a DGPC prosseguiu o trabalho e cumpriu com o que foi determinado. Identificou as condições exigidas necessárias à cedência. A qualquer cedência. Respondeu, como lhe competia, ao requerente da cedência. Perante as condições exigidas, o requerente informou a DGPC que desiste do pedido de cedência.

Mas o Estado não desiste de colocar em exposição em Alter do Chão uma coleção que sempre esteve em Alter do Chão, até à sua incorporação nas reservas do Museu dos Coches em Lisboa. Por isso, estamos a trabalhar com o Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão para instalar, naquele concelho, um centro interpretativo do Cavalo de Alter Real, com um investimento previsto de 1.5 Milhões de Euros, para aí instalar parte coleção que sempre esteve em Alter do Chão. Até à abertura desse centro, será montada uma exposição temporária no Centro Cultural do Álamo.

Termino como comecei. Apenas um objetivo nos move: devolver à fruição pública em Alter do Chão uma coleção que sempre pertenceu a Alter do Chão até incorporar as reservas do Museu dos Coches.

Graça Fonseca, Ministra da Cultura

10 de março 2020